

O JIHADISMO TRANSNACIONAL E A INSURGÊNCIA EM CABO DELGADO, MOÇAMBIQUE*

Liazzat J. K. Bonate  

Instituto Christian Michelsen

A recente insurgência violenta na província costeira de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, apanhou de surpresa o governo e o público em geral. A revolta começou em outubro de 2017, quando alguns jovens muçulmanos tomaram de assalto várias prisões na cidade de Mocímbo da Praia. A situação sofreu uma reviravolta sinistra, em 2018, com os agressores realizando mais de trezentos ataques a aldeias e o Estado Islâmico no Iraque e na Síria (EIIS, aqui referido como simplesmente EI) reivindicando a autoria dos ataques e postando um vídeo dos insurgentes fazendo um juramento de lealdade à Abu Bakr al-Baghdadi, o líder do EI, em 2019.¹ O primeiro estudo acadêmico que se fez sugeriu que a insurgência fora conduzida por jovens ligados ao Al-Shabaab da Somália, Quênia e Tanzânia, bem como às redes criminosas que controlam o contrabando de pedras preciosas, drogas, madeira e a caça ilegal.² Alguns jornalistas e analistas de segurança traçaram a origem da insurgência até a pobreza endêmica e a percepção de marginalização socioeconômica e política do Norte, enquanto outros afirmavam que as

* Este estudo é parte do projeto “God, grievance, and greed? Understanding Northern Mozambique’s new Islamist war”, financiado pelo Conselho de Pesquisa da Noruega (projeto número 316070). Agradeço o apoio do Instituto Christian Michelsen, da Noruega, e do professor doutor João José Reis, pela revisão de texto inicial e pelas recomendações e comentários úteis e proveitosos.

1 Amaq News Agency, “Fighters from Congo – Kivu province – and Mozambique – Cabo Delgado province – renewed their oath to the Islamic State leader”, *IFI Advisory* .

2 João Pereira, Salvador Forquilha e Saide Habibo, *Ataques em Mocímbo da Praia – Estudo*, Maputo: IESE; MASC, 2018.

políticas neoliberais e a indústria extrativista levaram a juventude a se revoltar.³ E ainda havia os que tentaram localizar a inspiração ideológica da insurgência nos movimentos jihadistas globais como Al-Qaeda, EI e as Forças Democráticas Aliadas (Allied Democratic Forces, ADF) de Uganda e República Democrática do Congo.⁴

Embora pouco compreendido, esse conflito parece ser uma resistência contra o Estado moçambicano, concebido por seus opositores como um Estado corrupto que abusa do poder.⁵ Portanto, o conflito se revela como uma insurgência irregular, no sentido clássico de atividade político-militar prolongada, voltada para o controle total ou parcial dos recursos de um país ou região, por meio do uso de forças militares irregulares e organizações políticas ilegais.⁶ Os atos, incluindo guerrilha, terrorismo, mobilização política, propaganda, recrutamento, organização clandestina e atividade internacional são projetados para enfraquecer o controle e a legitimidade do Estado e para aumentar o controle e a legitimidade dos insurgentes. Por outro lado, a proclamação de uma jihad e a aliança com o EI sugerem tratar-se também de uma expressão do jihadismo transnacional, embora Eric Morier-Genoud alegue que a insurgência é dirigida por uma “seita religiosa nova”, porque os insurgentes rezam três vezes ao dia, em vez de cinco, e usam calças curtas e sapatos nas mesquitas.⁷

3 Peter Fabricius, “Is Another Boko Haram or Al-Shabaab Erupting in Mozambique?”, *ISS Today*, Pretória, 14 jun. 2018 [🔗](#).

4 Gregory Pirio, Robert Pitelli e Adam Yussuf, “The Emergence of Violent Extremism in Northern Mozambique”, *African Center for Strategic Studies*, 25 mar. 2018 [🔗](#); Saide Habibo, Salvador Forquilha e João Pereira, “Radicalização islâmica no norte de Moçambique: o caso de Mocímboa da Praia”, *Cadernos IESE*, n. 17 (2019), pp. 11-13 [🔗](#).

5 Luca Bussotti e Charles Torres, “The Risk Management of Islamic Terrorism in a Fragile State: The Case of Mozambique”, *Problems of Management in the 21st Century*, v. 15, n. 1 (2020), pp. 9-22 [🔗](#); João Feijó, *Assimetrias sociais: pistas para entender o alastramento do jihadismo islâmico em Cabo Delgado*, Dakar: Friedrich-Ebert-Stiftung Peace and Security Competence Centre for Sub-Saharan Africa, 2020 [🔗](#).

6 Eli Berman e Aila M. Matanock, “The Empiricists’ Insurgency”, *Annual Review of Political Science*, v. 18, n. 1 (2015), pp. 443-464 [🔗](#).

7 Eric Morier-Genoud, “The Jihadi Insurgency in Mozambique: Origins, Nature and Beginning”, *Journal of Eastern African Studies*, v. 14, n. 3 (2020), pp. 396-412 [🔗](#).

Na verdade, esse comportamento é permitido pelo Corão e pela Sunna (os *hadith*, as tradições do Profeta Muhammad).⁸

Morier-Genoud também identifica o nome dos insurgentes como *Al-Sunna wa-l-jamaah*, que deveria ser lido como *Ahl al-Sunna wa al-Jama'ah*, um dos princípios centrais do sunismo, que significa “povo de tradição e de unificação ou consenso” – literalmente, portanto, o povo da seita sunita. Às vezes, as palavras de *wa al-Jama'ah* são abandonadas e as pessoas são chamadas apenas de *Ahl al-Sunna*. Então, *Ahl al-Sunna wa al-Jama'ah* significaria pessoas que seguem a sunna (as tradições, ou seja, o Corão e os *hadith*) e *al-jama'ah*, a opinião da maioria dos muçulmanos. Isso implica que os insurgentes não se opõem aos *hadith*, e certamente não são uma seita nova e ainda menos coranistas, como argumenta Morier-Genoud.⁹ O nome mais frequentemente atribuído aos insurgentes de Cabo Delgado é *al-Shabab* (a juventude), no sentido de que a insurgência emergiu como uma revolta de jovens.

Este artigo visa analisar o conflito de Cabo Delgado sob o prisma do jihadismo transnacional, um tipo de ativismo violento que, em termos de sua ideologia, visa mobilizar os muçulmanos em todo o mundo para restaurar uma concepção rigorosa da ordem política e religiosa dos primeiros dias do Islã.¹⁰ Esse jihadismo tem carácter inerentemente “glocal” (global-local) de resistência; isto é, embora os jihadistas se oponham aos Estados locais com base nas suas queixas e agravos, eles simultaneamente

8 Por exemplo, os *hadith* afirmam que o Profeta Muhammad e seus companheiros costumavam orar com seus sapatos nas mesquitas, mas evitavam trazer sujeira para dentro. Outros *hadith* apontam que Muhammad afirmava que as calças não devem ser tão largas ou compridas a ponto de arrastar sujeira, mas devem estar acima do tornozelo. Quanto à oração três vezes ao dia, os *hadith* também narram que o Profeta Muhammad instruiu que quando uma pessoa está em viagem ou numa situação que causa medo, cinco orações poderiam ser reduzidas a três. Veja Muslim ibn al-Hajjaj al-Naysaburi, *Sahih Muslim*, liv. 4, n. 1130, 1509-1514; liv. 8, n. 1129, 1508, 1515-1524; liv. 24, n. 5193-5202 ☞.

9 Sobre a história do movimento coranista e suas posições teológicas, veja Daniel W. Brown, “Qur’anists” in Herbert Berg (org.), *Routledge Handbook of Early Islam* (Londres: Routledge, 2018), pp. 327-338.

10 Martha Crenshaw, “Transnational Jihadism & Civil Wars”, *Dædalus: The Journal of the American Academy of Arts & Sciences*, v. 146, n. 4 (2017), pp. 59-70 ☞.

se rebelam contra a ordem internacional da hegemonia ocidental. Assim, o jihadismo transnacional é um movimento tanto sobre a identidade nacional e sua comunidade imaginada quanto sobre religião e fé.¹¹ De acordo com James D. Fearon, enquanto em 1990 cerca de apenas 5% dos conflitos civis no mundo envolviam grupos rebeldes declaradamente jihadistas, em 2015 esse número cresceu para 40%.¹² As fronteiras entre a insurgência local e o jihadismo transnacional ficaram também embaralhadas, uma vez que os mesmos atores empregam ambas as referências.¹³

O jihadismo transnacional tem três facetas: 1) é uma ideologia que se baseia numa interpretação radical e inovadora de fontes fundamentais do Islã, como o Corão, os *hadith* e obras de alguns pensadores clássicos; 2) ele apodera-se de queixas e agravos locais, sobretudo contra o Estado, despoletando a insurgência ou canalizando em benefício próprio a resistência já existente; e 3) ele também representa uma resistência contra a ordem global dominada pelo Ocidente. A primeira parte deste artigo debruça-se sobre o conceito e a história do jihadismo transnacional, salientando as transformações na ideologia e na ação de seus protagonistas e a sua expansão geográfica em escala mundial. A segunda parte analisa o contexto sociopolítico e econômico de Cabo Delgado que deu a origem à insurgência, destacando as três principais características de jihadismo transnacional acima referidas. Portanto, o artigo procura responder às seguintes questões: qual é o papel do jihadismo transnacional em Cabo Delgado e de que maneira ele tem contribuído para a insurgência? Que tipo de queixas e agravos locais existiam e foram aproveitados pelos insurgentes? E, finalmente, será que a insurgência tem uma dimensão globalista contra a ordem mundial prevalecente, ou seja, contra o Ocidente?

11 Crenshaw, “Transnational Jihadism,” p. 60.

12 James D. Fearon, “Civil War & the Current International System”, *Dædalus: The Journal of the American Academy of Arts & Sciences*, v. 146, n. 4 (2017), pp. 18-32 .

13 Martha Crenshaw, “How Interactions Within the Resistance Shape the Relationship Between Resistance and Rule: Jihadism in Africa and the Middle East” in Felix Anderl, Christopher Daase, Nicole Deitelhoff, Victor Kempf, Jannik Pfister e Philip Wallmeier (orgs.), *Rule and Resistance Beyond the Nation State: Contestation, Escalation, Exit* (Nova York: Lowman & Littlefield, 2019), pp. 137-138.

O jihadismo transnacional

A jihad (no sentido de luta armada), associada a uma resistência popular, tem longa tradição histórica desde o tempo da fundação do Islã, mas no período posterior destacam-se as jihads lançadas contra os mongóis, no século XIII, e contra o colonialismo europeu, nos séculos XIX e XX. Os casos mais conhecidos são a jihad de Abd al-Qadir contra a colonização francesa na Argélia, em 1832-1847, e do Imam Shamil contra a expansão russa no Cáucaso, em 1834-1859. Mas mesmo a progressista Frente de Libertação Nacional da Argélia, em 1956, intitulou o seu jornal de *El-Moudjahid* (O Jihadista).¹⁴ E, claro, a resistência afegã contra a invasão soviética pode ser compreendida como uma luta de libertação nacional na forma de jihad popular.

O jihadismo contemporâneo emergiu a partir de movimentos e ideologias que os acadêmicos chamam de “islamismo”.¹⁵ O islamismo não significa o Islã enquanto religião e fé. O islamismo se refere às tentativas de articular o Islã a uma ordem política em resposta à hegemonia ocidental. Essa hegemonia, no entender dos islamistas, inclui as políticas ocidentais do passado ou do presente, como o colonialismo europeu e seu legado, os governos pós-coloniais nos países muçulmanos e outros, e o sofrimento dos palestinos e outros membros da *umma* (a comunidade muçulmana no mundo).¹⁶ Os islamistas acham que as riquezas dos seus países são

14 Jean-Pierre Filiu, “The Local and Global Jihad of al-Qa’ida in the Islamic Maghrib”, *Middle East Journal*, v. 63, n. 2 (2009), pp. 213-226 [↗](#).

15 Fawaz A. Gerges, *The Far Enemy: Why Jihad Went Global*, Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 30-31; Bassam Tibi, *The Challenge of Fundamentalism: Political Islam and the New World Disorder*, Los Angeles: University of California Press, 1998, p. 5; Stig Jarle Hansen, *Al-Shabaab in Somalia: The History and Ideology of a Militant Islamist Group, 2005–2012*, Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 7, 31, 59-67, 74; Peter Mandaville, *Islam and Politics*, 2ª ed., Londres: Routledge, 2014, pp. 46-51.

16 Peter Mandaville, *Translational Muslim Politics: Reimagining the Umma*, Londres: Routledge, 2001, pp. 68-69.; Roxanne L. Euben e Muhammad Qasim Zaman, “Introduction” in Roxanne L. Euben e Muhammad Qasim Zaman (orgs.), *Princeton Readings in Islamist Thought: Texts and Contexts from al-Banna to bin Laden*, Princeton: Princeton University Press, 2009, p. 2.

controladas por governos corruptos, ineficazes e cleptocratas, enquanto o Ocidente controla esses governos e os recursos nacionais, sobretudo a indústria de gás e petróleo, mesmo na Arábia Saudita, o local de revelação do Islã e de suas duas cidades santas: Meca e Medina. Isso, de acordo com esses militantes, mantém a maioria da população muçulmana do mundo pobre, desempregada e sem direitos civis e humanos.

Embora o islamismo seja politicamente heterogêneo, no sentido de que os diferentes atores se especializam em atividades políticas qualitativamente diferentes, no campo ideológico ele tem raízes no salafismo¹⁷ e numa mescla da doutrina wahhabita,¹⁸ do pan-islamismo de Jamal al-Din al-Afghani (1838-1897) e das interpretações de Muhammad Abduh (1849-1905) e seus discípulos Rachid Ridda (1865-1935), Hassan al-Banna (1906-1949) e Sayyid Qutb (1906-1966), entre outros.¹⁹ O salafismo centra-se na ideia de necessidade de um retorno às tradições *salaf* (ancestrais) das três primeiras gerações de muçulmanos, conhecidas como *al-salaf al-ṣāliḥ* (os piedosos predecessores), ou seja, as gerações do Profeta Muhammad e seus companheiros (os *sahabah*), seus sucessores (os *tabi'un*) e os sucessores dos sucessores (os *taba tabi'in*), considerados representantes de uma forma pura e inalterada do Islã.²⁰ Os salafistas

17 Henri Lauzière, *The Making of Salafism: Islamic Reform in the Twentieth Century*, Nova York: Columbia University Press, 2015.

18 De acordo com Ayman al-Yassini, a doutrina wahhabi é dominada por um conjunto de questões que foram expressas nos ensinamentos do fundador do movimento, Muhammad ibn Abd al-Wahhab (1703-1792), que incluíam: 1) *tawhid* (monoteísmo); 2) *tawasul* (intercessão) relacionado ao *shirk* (politeísmo); 3) *ziyarat al-qubur* (visitação de sepulturas), relacionada à manifestação do munafique (hipócrita); 4) *taḳfīr* (acusação de descrença contra muçulmanos nominais); 5) *bid'a* (inovação); e 6) *ijtihād* e *taqlid* (opinião jurídica original e imitação). A inovação ou *bid'a* é definida como qualquer doutrina ou ação não baseada no Corão, nos *hadith* (as tradições do Profeta Muhammad) ou na autoridade dos *sahabah* (os companheiros de Muhammad). Ver Ayman al-Yassini, *Religion and State in the Kingdom of Saudi Arabia*, Boulder: WestviewPress, 1985, p. 29.; Natana Delong-Bass, *Wahhabi Islam: From Revival and Reform to Global Jihad*, Oxford: Oxford University Press, 2004; David Commins, *The Wahhabi Mission and Saudi Arabia*, Londres: I.B Tauris, 2006; Mandaville, *Islam and Politics*, p. 105.

19 Euben e Qasim Zaman (orgs.), *Princeton Readings*.

20 Mandaville, *Islam and Politics*, pp. 46-51.

exigem que os muçulmanos confiem apenas no Corão, na *sunna* (*hadith*) e no consenso dos salafis, ignorando o restante dos ensinamentos hermenêuticos islâmicos. Sua agenda é combater as práticas religiosas que eles identificam como “inovações abomináveis” (*bid’a*), ignorância (*jahiliyya*), hipocrisia (*munaḥiqe*) e idolatria (*shirk*) no seio dos muçulmanos. Eles veem a violência como uma parte necessária disso – um protocolo de purificação –, mas apenas sob condições muito específicas.²¹ A sua visão e o seu discurso são globalizantes, revisionistas, modernistas e racionalistas, pois apesar de reivindicarem um Islã tradicional ou fundamentalista, os salafistas são resultado da vida e da epistemologia coloniais e pós-coloniais. Eles foram influenciados, em parte, pela expansão das tecnologias intelectuais ocidentais no sentido foucaultiano e pelas instituições políticas do Ocidente no mundo islâmico, que ajudaram a criar novas formas de conceber, praticar e transmitir a tradição islâmica.²²

Baseando-se na argumentação do jurista Ibn Taymiyya (1263–1328), Sayyid Qutb declarou que cabe ao crente decidir se o seu governo, mesmo sendo muçulmano, é ilegítimo, e o sendo, se deve resistir ativamente a ele ou não.²³ Qutb incumbiu aos muçulmanos a responsabilidade de decidir se aqueles ao seu redor eram infiéis (*kaffirun*; sing. *kafir*) ou verdadeiros muçulmanos. Essa ênfase no *takfir* (“excomunhão” ou declaração de alguém como *kafir*) tem uma influência profunda no jihadismo atual, que enfatiza a luta contra o “inimigo próximo”, ou seja, os muçulmanos sufis, laicos ou moderados.²⁴ Qutb também encarregou os muçulmanos de tomar medidas para instaurar a ordem islâmica justa

21 Mandaville, *Islam and Politics*, p. 50.

22 Dale F. Eickelman e James Piscatori, *Muslim Politics*, Princeton: Princeton University Press, 1996, pp. 39, 42, 44-45; Georg Stauth, “Islam and Modernity: The Long Shadow of Max Weber” in G. Stauth (org.), *Islam: Motor or Challenge of Modernity* (Hamburgo: Lit Verlag, 1998), pp. 174-179; Karin Werner, “Deconstructing the Issue of Islamic Fundamentalism: Approaching the Issue” in Stauth (org.), *Islam*, pp. 35-56.

23 Mandaville, *Islam and Politics*, p. 102.

24 Roxanne L. Euben, *Enemy in the Mirror: Islamic Fundamentalism and the Limits of Modern Rationalism: A work of Comparative Political Theory*, Princeton: Princeton University Press, 1999, p. 73.

e pura, no entender dele, igual à dos tempos de *salaf*, com *shariah* (xária, o caminho reto do Islã e da lei islâmica) e o estado islâmico (*khilafah*, o califado).²⁵ A década em que Qutb ficou preso e as torturas que sofreu nas mãos do regime de Gamal Abdel Nasser (1918-1970) parecem ter cristalizado sua convicção de que já não era possível buscar a reforma da ordem social prevalecente por meio do diálogo e da persuasão, levando-o a declarar que a resistência direta e a jihad eram os únicos métodos possíveis e até obrigatórios.²⁶ A importância de Qutb para o islamismo reside nessa teorização e defesa da jihad violenta.

Mesmo com a aproximação entre a presidência de Anwar Sadat (1918-1981) e a Irmandade Muçulmana (*Ikhwan al-Muslimin*) de Hassan al-Banna, que renunciou à violência naquela altura, alguns seguidores de Qutb permaneceram hostis ao governo egípcio. Grupos menores, não associados à Irmandade, foram formados e queriam derrubá-lo. Muitos deles se uniram à Jihad Islâmica Egípcia (EIJ), cujo líder, Muhammad Abd al-Salam Faraj (1954-1982), escreveu um panfleto intitulado *Um dever negligenciado*, no qual proclamou que uma jihad permitiria aos muçulmanos restabelecer o califado e trazer a xária de volta.²⁷ Faraj insistiu que a negligência em declarar a jihad resultou na humilhação, divisão e fragmentação dos muçulmanos no mundo e, por essa razão, lutar na jihad tornou-se um dever individual de cada muçulmano. Na sua justificativa para o assassinato do presidente Anwar Sadat, Faraj descreveu a luta para recuperar os fundamentos morais do Estado egípcio como um combate contra a *jahiliyya* (ignorância), argumentando que a jihad contra o regime nacional corrupto deve ter precedência sobre a luta contra os inimigos em outros lugares ou os “inimigos distantes”.²⁸

25 Euben e Zaman, “Introduction”, p. 44.

26 John Calvert, *Sayyid Qutb and the Origins of Radical Islamism*, Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 197-227.

27 Thomas Hegghammer, *Jihad in Saudi Arabia: Violence and Pan-Islamism since 1979*, Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 41; Euben e Qasim Zaman, “Introduction”, p. 42.

28 Euben e Qasim Zamzn, “Introduction”, p. 42.

A perseguição aos militantes islamistas pelos governos baathistas (de partidos social-democratas laicos) no Egito, Síria e Iraque levou muitos deles ao exílio na Arábia Saudita, onde, na década de 1970, impulsionaram o nascimento do jihadismo como um movimento populista e pan-islâmico.²⁹ Thomas Hegghammer sustenta que essa nova ideologia representou uma desconexão substantiva com as ideologias islamistas anteriores, tais como a de Qutb e o wahhabismo.³⁰ Mas Peter Mandaville acha que ela pode ser considerada uma fusão da teologia wahhabita com as ideologias baseadas no pensamento de al-Banna, de Rachid Ridda e sobretudo de Qutb.³¹ O novo jihadismo foi formado no exílio pela ação estratégica de elites marginalizadas, empregadas nas organizações não-violentas islâmicas internacionais recém-criadas, tais como a Liga Mundial Muçulmana e a Organização para a Conferência Islâmica, elites presentes também nas novas instituições de ensino superior, como a Universidade Islâmica Internacional de Medina e a Universidade Rei Abd al-Aziz, entre outras.³² O novo jihadismo surgiu de uma competição dentro dessa elite, que devido à falta de supervisão do governo saudita, ao dinheiro do petróleo e às novas tecnologias mediáticas, tornou-se ideologicamente eficaz numa escala global na década de 1980. Abdulla Yussuf Azzam (1941-1989), que se mudou da Palestina e da Jordânia para a Arábia Saudita, onde deu aulas na Universidade Rei Abd al-Aziz, foi um ideólogo influente no apelo à “jihad global”, que definiu como uma obrigação individual de todos os muçulmanos.³³

Enquanto isso, a guerra do Afeganistão (1978-1992) seria travada por *mujahidin* (guerreiros da jihad), grupos díspares de guerrilheiros afegãos que se inspiraram no Islã como fator de união. Milhares de

29 Mandaville, *Islam and Politics*, pp. 50, 99-101; Hegghammer, *Jihad in Saudi Arabia*, p. 60.

30 Thomas Hegghammer, “The Rise of Muslim Foreign Fighters: Islam and the Globalization of Jihad”, *International Security*, v. 35, n. 3 (2010-2011), p. 53-94.

31 Mandaville, *Islam and Politics*, p. 51.

32 Hegghammer, “The Rise of Muslim Foreign Fighters”, pp. 80-81; *Jihad in Saudi Arabia*, p. 40.

33 Hegghammer, “The Rise of Muslim Foreign Fighters”, p. 74.

islamistas de todo o mundo se juntaram à luta; muitos deles já envolvidos em movimentos islamistas em seus próprios países, como Ayman al-Zawahiri, nascido em 1952 no Egito.³⁴ Al-Zawahiri fora aluno de Qutb e líder proeminente da Jihad Islâmica Egípcia (EIJ). Ele viajou para Peshawar, no Paquistão, onde trabalhou ao lado de Osama bin Laden (1957-2011) para formar a Al-Qaeda e sintetizar os argumentos de Qutb, Faraj e sobretudo de Azzam, que também se juntaria a eles.

Al-Zawahiri insistia que o “inimigo distante” era igual ao “inimigo próximo” numa jihad global, uma vez que os Estados Unidos (o inimigo distante) governavam o Oriente Médio por meio de fantoches locais (o inimigo próximo), constituindo um sistema que ele chamou de “colonialismo velado”. Al-Zawahiri enfatizou a importância de uma base (*al-qa’ida* em árabe) como o Afeganistão, de onde ataques jihadistas poderiam ser lançados em todo o mundo. O Talibã, um movimento que surgiu em 1994, a partir da unificação de três facções islamistas de *mujahidin* afegãos, se tornou o seu principal aliado. Bin Laden declarou que todos os objetivos e cidadãos dos EUA em todo o mundo eram alvos legítimos de ataques e até encorajou assaltos dentro mesmo dos EUA.³⁵ A jihad afegã produziu, assim, as redes transnacionais de militantes que acabaram participando nas duas guerras russo-chechenas (1994-1996, 1999-2009), explodiram bombas no World Trade Center em Nova York, em 1993, num complexo habitacional militar dos EUA em Khobar, na Arábia Saudita, nas embaixadas americanas em Nairóbi, no Quênia, e em Dar es Salaam, na Tanzânia, em 1998, e bombardearam o navio de guerra americano Cole no porto de Aden, no Iêmen, em 2000. Finalmente, no dia 11 de setembro de 2001, eles lançaram três aviões sequestrados contra importantes alvos nos EUA, as Torres Gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e o Pentágono, no estado da Virgínia. Um quarto avião, que deveria alvejar a Casa Branca foi derrubado antes do ataque por um motim de seus passageiros contra os sequestradores.

34 Gerges, *The Far Enemy*, p. 295.

35 Hegghammer, *Jihad in Saudi Arabia*, p. 102.

Os EUA responderam com a declaração de uma Guerra Global ao Terror (*War on Terror*) contra os grupos extremistas islâmicos, sendo a Al-Qaeda o principal deles. Várias regiões onde supostamente havia terroristas islâmicos foram atacadas pelos EUA, culminando com a invasão do Afeganistão e a destituição do Talibã do poder, em 2001, o que enfraqueceria o uso de campos de treinamento da Al-Qaeda e a sua posição de liderança. O Iraque, sob o governo de Saddam Hussein (1937-2006), foi em seguida invadido, em 2003, resultando na remoção do poder político e militar das elites sunitas reunidas no partido Baath e na transferência do poder para a maioria xiita, a qual desencadeou séria perseguição à minoria sunita. Isso agudizou os conflitos sectários entre sunitas e xiitas não só no Iraque, mas em todo o mundo. A ocupação do Iraque pelos EUA aumentou o nível de frustração no mundo islâmico em relação à política externa americana e facilitou o recrutamento de militantes por grupos islamistas.³⁶ Além disso, o Iraque substituiu o Afeganistão como um campo de treinamento, onde uma nova geração de militantes islamistas adquiriram perícia militar e construíram relações pessoais por meio da experiência comum em combate. Conforme aponta Martha Crenshaw, situações semelhantes criam círculos viciosos perigosos em toda parte:

O terrorismo contra potências externas provoca uma intervenção militar, que não apenas intensifica a guerra civil, mas também desencadeia mais terrorismo contra as forças de ocupação, seus aliados locais e seus países de origem. Uma questão importante para o futuro é se Estados poderosos podem ou não resistir a provocações terroristas.³⁷

Nesse contexto, houve mais uma ruptura significativa no meio dos jihadistas, sobretudo com a poderosa al-Qaeda, já que al-Zawahiri

36 Thomas Hegghammer, “Global Jihadism After the Iraq War”, *Middle East Journal*, v. 60, n. 1 (2006), pp. 11-32 [📄](#); Fawaz A. Gerges, *ISIS: A History*, Princeton: Princeton University Press, 2016.; James D. Fearon, “Civil War & the Current International System”, *Dædalus: The Journal of the American Academy of Arts & Sciences*, v. 146, n. 4 (2017), pp. 18-32 [📄](#).

37 Crenshaw, “Transnational Jihadism”, p. 69.

insistia que não se devia alienar a população muçulmana pacata, mesmo a xiita, e voltá-la contra os jihadistas sunitas. Ele tampouco aceitava criar um califado, alegando que as condições ainda não eram propícias.³⁸ As guerras contra o poder de Assad, na Síria, junto com a situação do Iraque, trouxeram à tona um novo grupo jihadista, o Estado Islâmico (EI), com posições mais duras e violentas do que os seus antecessores, abrangendo com a categoria de *kafir* (supostos descrentes ou apóstatas do Islã) muitos mais muçulmanos sunitas do que era habitual para os jihadistas, além de todos os xiitas, sem exceção.³⁹

O EI se orientou segundo as táticas brutais do líder da Al-Qaeda no Iraque, Abu Musab al-Zarqawi (1966-2006), e mais tarde do autoproclamado califa do EI, Abu Bakr al-Baghdadi (1971-2017). No entanto, como aponta Fawaz A. Gerges, a prioridade dada à ação (jihad violenta) sobre a teoria (teologia) é uma característica distinta do EI,⁴⁰ que teve ideólogos influentes que justificaram seus atos com base em conceitos salafistas e islamistas. A sua maior diferença em relação a jihadistas anteriores, como os da al-Qaeda, reside na ideia de que a finalidade da jihad é a conquista de território.⁴¹ Hassan Hassan argumenta que, entre outros autores, os livros de al-Shuaibi sobre a inadmissibilidade de os muçulmanos procurarem a ajuda de “infieis” para ganhar influência na sociedade e o pensamento de Al-Khudayr de que os sistemas, ensinamentos e instituições não-islâmicos são ilegítimos para os muçulmanos tiveram um forte impacto sobre o EI.⁴²

Todavia, o ideólogo mais influente parece ter sido Abu Bakr Naji, um ex-membro do grupo egípcio Jihad Islâmico (EIJ), cujo nome verdadeiro é Mohammad Hasan Khalil al-Hakim. Ele escreveu um livro intitulado *A gestão da selvageria: a fase mais crítica pela qual a*

38 Gerges, *ISIS*, pp. 92-93, 96-97, 222-259.

39 Gerges, *ISIS*, pp. 71-73; 81-84.

40 Gerges, *ISIS*, p. 234.

41 Aida Arosoaie, “Doctrinal Differences between ISIS and Al Qaeda: An Account of Ideologies”, *Counter Terrorist Trends and Analyses*, v. 7, n. 7 (2015), p. 32 [🔗](#).

42 Hassan Hassan, *The Sectarianism of the Islamic State: Ideological Roots and Political Context*, Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2016, pp. 12-13 [🔗](#).

umma passará, publicado em 2004 na internet, no qual ele defende que a jihad deve ser combatida com o propósito de estabelecer um Estado. Naji sugere que haverá três estágios para este fim: 1) de aborrecimento, durante o qual os *mujahidin* devem conduzir simultaneamente e em pequena escala ataques que resultem no enfraquecimento da força do inimigo – idealmente, isso resultaria em uma completa interrupção das atividades de governo e fortaleceria a legitimação de ligações entre a população daquele território específico e as estruturas do EI; 2) a disseminação da selvageria, que se assemelha à guerra de guerrilha e serve ao propósito de expandir a esfera de influência dos *mujahidin*; 3) a administração da selvageria, que consiste em estabelecer as bases para as instituições administrativas, a configuração das infraestruturas físicas e a superestrutura governamental de um Estado islâmico, ao mesmo tempo em que cria a legitimidade para facilitar a captação de recursos físicos e humanos.⁴³ Em relação à brutalidade e a violência da jihad, Naji declarou que “aqueles que praticam a jihad sabem que a jihad não é nada além da brutalidade, crueldade, terrorismo, dissuasão e sofrimento. [...] A luta não pode continuar e a transição de uma fase para outra não ocorrerá, a menos que a primeira fase inclua aflição e dissuasão do inimigo”.⁴⁴ Naji justifica a decapitação não apenas como religiosamente permissível, mas recomendada por Deus e pelo Profeta Muhammad.

Os jihadistas africanos também participam dessas discussões globais e nas guerras civis e transnacionais. Em 1991, fracassou um esforço dos partidos políticos islamistas para tomar o poder por meio do processo democrático na Argélia.⁴⁵ Os militares argelinos intervieram para cancelar as eleições parlamentares que a Frente de Salvação Islâmica estava prestes a vencer. A Frente foi banida e seus membros foram presos aos milhares. Em consequência, vários grupos armados se formaram, alguns ligados à Frente, outros independentes e mais extremistas, e os

43 Arosoaie, “Doctrinal Differences”, p. 33.

44 Hassan, *The Sectarianism of the Islamic State*, p. 17.

45 Mandaville, *Islam and Politics*, pp. 115-118.

combates sangrentos continuaram ao longo da década. Em 1997 e 1998, a Argélia sofreu uma série de terríveis massacres de civis, quando aldeias inteiras foram atacadas indiscriminadamente. A responsabilidade pelos ataques ainda é contestada, mas o Grupo Islâmico Armado (Groupe Islamique Armé, GIA) foi amplamente responsabilizado. Nessa altura, as unidades armadas da Frente Islâmica anunciaram um cessar-fogo e o GIA começou a se fragmentar, com uma facção se transformando no Grupo Salafista para a Prédica e o Combate (Groupe Salafiste pour la Prédication et le Combat, GSPC), que logo expandiu seu alcance da Argélia para o Mali, Níger e Chade.⁴⁶ Esse grupo transformou-se na Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM), em 2001, e jurou lealdade à Al-Qaeda, em 2006, ramificando-se em três outras organizações: Al-Mourabitoun (AQIM próprio); Ansar Dine, principalmente de tuaregues; e Katiba Macina, principalmente de fulanis que formaram o Jama'a Nusrat ul-Islam wa al-Muslimin (JNIM), em 2017.⁴⁷ O Harakat al-Shabaab da Somália foi estabelecido em 2006 e declarou lealdade à Al-Qaeda em 2012,⁴⁸ mesmo ano em que o grupo jihadista Al-Hijra do Quênia o fez.⁴⁹ O Boko Haram surgiu nos anos de 2002-2003, na Nigéria,

46 Filiu, "The Local and the Global"; Adib Bencherif, Aurélie Campana e Daniel Stockemer, "Lethal Violence in Civil War: Trends and Micro-Dynamics of Violence in the Northern Mali Conflict, 2012-2015", *Studies in Conflict & Terrorism* (2020) .

47 Adib Bencherif e Aurélie Campana, "Alliances of Convenience: Assessing the Dynamics of the Malian Insurgency", *Mediterranean Politics*, v. 22, n. 1 (2016), pp. 115-134 ; Luca Raineri, "Explaining the Rise of Jihadism in Africa: The Crucial Case of the Islamic State of the Greater Sahara", *Terrorism and Political Violence* (2020) .

48 Hansen, *Al-Shabaab in Somalia*; Roland Marchal, "A Tentative Assessment of the Somali Harakat Al-Shabaab", *Journal of Eastern African Studies*, v. 3, n. 3 (2009), pp. 381-404 .

49 Ngala Chome, "From Islamic Reform to Muslim Activism: The Evolution of an Islamist Ideology in Kenya", *African Affairs*, v. 118, n. 472 (2019), pp. 531-552 ; David Anderson e Jacob McKnight, "Kenya at War: Al-Shabaab and Its Enemies in Eastern Africa", *African Affairs*, v. 114, n. 454 (2015), pp. 1-27 ; William Rosenau, "Al Qaeda Recruitment Trends in Kenya and Tanzania", *Studies in Conflict & Terrorism*, n. 28 (2005), p. 1-10 ; Hassan Mwakimako e Justin Willis, *Islam, Politics and Violence on the Kenya Coast* Bordeaux: Observatoire des Enjeux Politiques et Sécuritaires de la Corne de l'Afrique, 2014 ; Hassan Ndzovu, "Kenya's Jihadist

e declarou fidelidade ao EI em 2015.⁵⁰ A organização posteriormente se dividiu em duas, das quais uma parte se tornou o Estado Islâmico da Província da África Ocidental (Islamic State – West Africa Province, ISWAP), em 2016. Ela absorveu outra organização (pelo menos no papel, se não operacionalmente), o Estado Islâmico no Grande Saara, em 2020. A outra facção do Boko Haram foi liderada pelo já falecido Abubakar Shekau. O EI declarou que tinha uma Província Centro-Africana, em 2019, exibindo relatórios, vídeos e fotos da República Democrática do Congo e, posteriormente, de Moçambique.⁵¹ As ADF de Uganda, criadas em 1995, hoje aparentemente estão filiadas ao EI, depois de Musa Baluku, o comandante da organização, assim o declarar em 2019.⁵²

Portanto, o jihadismo transnacional consiste de vários grupos que diferem entre si, às vezes substancialmente, mas todos combinam os imperativos de uma ideologia política que prega a convicção de que as circunstâncias atuais tornam a luta violenta um dever individual

Clerics: Formulation of a ‘Liberation Theology’ and Challenges to Secular Power”, *Journal of Muslim Minority Affairs*, v. 38, n. 3 (2018), pp. 360-371 ; e *Muslims in Kenyan Politics: Political Involvement, Marginalization, and Minority Status*, Evanston: Northwestern University Press, 2014 .

50 Andrea Brigaglia, “The Volatility of Salafi Political Theology, the War on Terror and the Genesis of Boko Haram”, *Diritto e Questioni Pubbliche*, v.15, n. 2 (2015), pp. 174-201 ; Andrea Brigaglia e Alessio Iocchi, “Some Advice and Guidelines’: The History of Global Jihad in Nigeria, as Narrated by AQIM (al-Qaeda in the Islamic Maghreb)”, *The Annual Review of Islam in Africa*, n. 14 (2017), pp. 27-35 ; Andrea Brigaglia, “‘Slicing off the Tumour’: The History of Global Jihad in Nigeria, as Narrated by the Islamic State”, *Политикологуја Релуџе*, v. 11, n 2 (2018), pp. 199-224 ; Dauda Abubakar, “From Sectarianism to Terrorism in Northern Nigeria: A Closer Look at Boko Haram” in Caroline Varin e Dauda Abubakar (orgs.), *Violent Non-State Actors in Africa: Terrorists, Rebels and Warlords* (Londres: Palgrave Macmillan, 2017), p. 25; Roman Loimeier, “Boko Haram: The Development of a Militant Religious Movement in Nigeria,” *Africa Spectrum*, v. 47, n. 2/3 (2012), pp. 137-155 ; Alexander Thurston, *Boko Haram: The History of an African Jihadist Movement*, Princeton: Princeton University Press, 2018.

51 Stig Jarle Hansen, “‘Forever Wars’? Patterns of Diffusion and Consolidation of Jihadism in Africa”, *Small Wars and Insurgencies* (2021) .

52 Abdulhakim A. Nsoby, “Uganda’s Militant Islamic Movement ADF: A Historical Analysis”, *The Annual Review of Islam in Africa*, n. 12/13 (2015-2016), pp. 30-39 ; Tara Candland, Adam Finck, Haroro J. Ingram, Laren Poole, Lorenzo Vidino e Caleb Weiss, *The Islamic State in Congo*, Washington: George Washington University, 2021 .

de todos os muçulmanos. O quietismo político de salafistas clássicos e a busca pela transformação social por meio da participação política são considerados ilegítimos, primeiro porque os jihadistas veem como um requisito do Corão restaurar o Estado islâmico (califado) e impor a xária, e segundo, porque trabalhar dentro de sistemas políticos definidos e controlados pelos que acusam de “infiéis” equivale, para eles, a reconhecer a legitimidade desses regimes.⁵³ Além disso, seu compromisso discursivo com a xária e outras tradições islâmicas clássicas está relacionado à autoridade para declarar alguém como *kafir*, uma autoridade que muitos muçulmanos afirmam só poder ser reivindicada por Deus. Um ponto a salientar também, começando pela biografia de Qutb e indo até al-Baghdadi e Muluku, das ADF: nota-se que, muitas vezes, o endurecimento dos líderes jihadistas ocorreu na prisão, tema que não vou desenvolver aqui.

A insurgência em Cabo Delgado, Moçambique

Em relação a Cabo Delgado, a primeira questão é se a ideologia do jihadismo transnacional contribuiu para a insurgência. Vários estudiosos assinalam que, embora o ativismo global esteja inegavelmente em ascensão nos movimentos jihadistas da África e tenha mudado a natureza e a escala dos protestos locais, os grupos que reivindicam uma orientação global ou um caráter transnacional permanecem profundamente enraizados em cenários sociopolíticos e em lutas locais específicas.⁵⁴ Stig Jarle Hansen argumenta que, para o jihadismo transnacional se expandir numa determinada região, deve existir um ambiente propício e fértil para explorar

53 Hendrik Hansen e Peter Kainz, “Radical Islamism and Totalitarian Ideology: A Comparison of Sayyid Qutb’s Islamism with Marxism and National Socialism”, *Totalitarian Movements and Political Religions*, v. 8, n. 1 (2007), pp. 55-76 [DOI](#).

54 Adib Bencherif, Aurélie Campana e Daniel Stockemer, “Lethal Violence in Civil War: Trends and Micro-Dynamics of Violence in the Northern Mali Conflict (2012-2015)”, *Studies in Conflict & Terrorism* (2020) [DOI](#).

pontos de entrada emocionais, mas também deve haver um protagonismo ideológico dos militantes.⁵⁵

Figura 1
Mapa de Moçambique, destaque para Cabo Delgado e Pemba



Fonte: Wikimedia Commons 

55 Hansen, “Forever wars?”.

De acordo com Habibo, Forquilha e Pereira, a insurgência em Cabo Delgado foi iniciada por moçambicanos salafistas radicalizados na Arábia Saudita e influenciada pelos grupos jihadistas nos países vizinhos, particularmente a Tanzânia, o Quênia e a República Democrática do Congo.⁵⁶ Mas as ideologias salafistas-wahhabis têm uma longa história em Moçambique, pelo menos desde as décadas de 1950 e 1960, e essas ideologias nunca haviam provocado uma jihad.⁵⁷ Conhecidos como *sukuti* (quietistas), *deobandis* e *wahhabis*, as pessoas que trouxeram essas ideologias foram formadas na Índia, Quênia, Zanzibar, Niassalândia (atual Maláui) e na Universidade de Medina, na Arábia Saudita. Entre eles, Cassim Tayob e Abdul Gafur Muhammad Yusuf Dar ul-Ulam estudaram no seminário Deoband, na Índia, e Muhammad Yussuf, Abubacar “Mangira” e Aminuddin Muhammad, na Universidade de Medina.⁵⁸ Os salafistas-wahhabis de Moçambique também têm ligações com a família Mia e seu centro salafista na África do Sul, o Instituto Watervaal Islam, no Transvaal.⁵⁹ Os salafistas-wahhabis estão engajados desde o período colonial na “purificação do Islã de Moçambique”, sobretudo na destruição do sufismo, que era a forma prevalecente de prática de Islã desde os finais do século XIX.⁶⁰ Eles se manifestam contra práticas sufis, tais como a *dhikr* (celebração de Deus através de cantigas) e a alegada veneração de santos (*ziyara* e *mawlid*), todos classificados como *jahiliyya* (ignorância), *shirk* (politeísmo) e *bid’a* (inovações abomináveis introduzidas na religião).⁶¹

56 Habibo, Forquilha e Pereira, *Radicalização islâmica*, pp. 11-12.

57 Liazzat J. K. Bonate, “Traditions and Transitions: Islam and Chiefship in Northern Mozambique, ca. 1850-1974”, Tese (Doutorado em Estudos Históricos), Universidade da Cidade do Cabo, Cidade do Cabo, 2007 ; e “Islam in Northern Mozambique: A Historical Overview”, *History Compass*, v. 8, n. 7 (2010), pp. 573-593 .

58 Liazzat J. K. Bonate, “Muslim Religious Leadership in Post-Colonial Mozambique” *South African Historical Journal*, v. 60, n. 4 (2008), pp. 637-654 .

59 Bonate, “Islam in Northern Mozambique”; e “Roots of Diversity in Mozambican Islam” *Lusotopie*, v. XIV, n. 1 (2007), pp. 129-149 .

60 Bonate, “Traditions and Transitions”; e “The Advent and Schisms of Sufi Orders in Mozambique, 1896-1964”, *Islam and Christian-Muslim Relations*, v. 26, n. 4 (2015), pp. 483-501 .

61 Bonate, “Muslim Religious Leadership”; e “Dispute over Islamic Funeral Rites in Mozambique: A Demolidora dos Prazeres by Shaykh Aminuddin Mohamad”, *Le Fait Missionnaire*, v. 17, n. 1 (2005), p. 41-61 .

Depois da independência, após um período de luta contra a religião (1977-1982), o governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) criou uma organização muçulmana nacional chamada Conselho Islâmico, com apoio e participação de salafistas-wahhabis, para controlar os muçulmanos e suas relações com a *umma* regional e global.⁶² Mas os sufis apresentaram uma contraproposta e o seu próprio projeto de organização nacional islâmica, o Congresso Islâmico. Por meio dessas duas estruturas os muçulmanos conseguiram atrair várias organizações não-governamentais (ONGs) islâmicas internacionais para Moçambique, incluindo a Liga Muçulmana Mundial e a Agência dos Muçulmanos da África, e distribuir bolsas de estudo para instituições conhecidas como centros de wahhabismo e salafismo, tais como as universidades de Medina, na Arábia Saudita, e Al-Merkaz Al-Islami, no Sudão, entre outras.⁶³

Na década de 1990, os primeiros graduados originários do norte de Moçambique retornaram, após concluírem seus estudos islâmicos no exterior.⁶⁴ Embora alguns deles tivessem sido recrutados por ONGs islâmicas, a maioria se frustrou rapidamente não só com a situação econômica do país, mas também com a liderança do Conselho Islâmico, que, no seu entender, apenas acumulava riqueza por meio de negócios e do desvio de fundos doados por ONGs internacionais, ao invés de apoiar os muçulmanos, sobretudo no norte do país.⁶⁵ O fato de a liderança do Conselho ser composta, em grande parte, por mestiços indo-africanos criou uma impressão de preconceito racial contra os africanos. Outro ponto que agravou o conflito estava relacionado aos vínculos do Conselho com o partido no poder, enquanto os muçulmanos nortenhos tradicionalmente

62 Bonate, “Muslim Religious Leadership”.

63 Bonate, “Muslim Religious Leadership”; “L’agence des musulmans d’Afrique. Les transformations de l’islam à Pemba au Mozambique”, *Afrique Contemporaine*, n. 231 (2009), p. 63-80 ; e “Between *Da’wa* and Development: Three Transnational Islamic Nongovernmental Organizations in Mozambique, 1980–2010”, *Newsletter of the Africa Research Initiative*, Washington, n. 2., mar. 2015, pp. 7-11 .

64 Bonate, “Muslim Religious Leadership”.

65 Bonate, “Muslim Religious Leadership”.

apoiavam a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) ou partido nenhum, mas muitas vezes se manifestavam contra a Frelimo.

Em 1998, pelas mesmas razões, os novos diplomados fundaram um movimento ao norte de Moçambique denominado Ahl al-Sunna ou Ansar al-Sunna, que em 2007 já era bastante forte e continuava a crescer consideravelmente. Tendo construído numerosas mesquitas e madrassas (escolas corânicas) com financiamento comunitário, Ahl al-Sunna permaneceu como um movimento popular e de base, no qual muitos jovens muçulmanos realizavam suas aspirações de apoio, solidariedade e altruísmo religiosos. Esse movimento pode ter dado à luz à ideologia jihadista e à insurgência em Cabo Delgado, porque esses jovens e as gerações seguintes que se formaram no exterior, sobretudo na Universidade de Medina, traziam de lá posições islamistas e expressavam sua insatisfação com o contexto sociopolítico e econômico do norte de Moçambique, além de eles próprios formarem continuamente em suas madrassas outros jovens nos moldes islamistas. Mas os estudos até agora realizados não fornecem dados empíricos claros para sustentar essa hipótese, como também não revelam os conteúdos concretos da ideologia, dos discursos e narrativas dos insurgentes. As vozes dos próprios insurgentes não foram trazidas ao público e eles não divulgaram nenhuma ideologia oficial ou queixas específicas, por isso é difícil dizer quais são seus sentimentos e objetivos. No entanto, muçulmanos entrevistados acusaram os jovens insurgentes (*al-Shabab*) de terem criado campos de treinamento, pelo menos desde 2010 ou 2012; de terem proclamado a jihad contra o Estado moçambicano e os “inféis” em 2017; de terem a intenção de criar um Estado islâmico e impor a xária; e de encorajar os muçulmanos a se retirarem das instituições controladas pelo Estado, como escolas e hospitais, além de promoverem os sermões do notório militante queniano Aboud Rogo Mohammed (falecido em 2012).⁶⁶

66 Pereira, Forquilha e Habibo, “Ataques em Mocimboa da Praia”; Morier-Genoud, “The Jihadi Insurgency in Mozambique”. Acerca de Rogo leia em Chome, “From Islamic Reform to Muslim Activism”, pp. 548-549; Anderson e McKnight, “Kenya at War”; Rosenau, “Al Qaida Recruitment Trends.”

O que está claro é que os insurgentes se aliaram ao EI em 2019, dois anos depois do início de insurgência. Eles levantaram a bandeira do EI, adotaram os seus símbolos e até os seus métodos brutais. Isso aponta para uma enorme influência ideológica do EI, pois, de acordo com Tara Candland *et al.*, o EI enfatiza que certos critérios devem ser satisfeitos para que um grupo seja formalmente abrigado na organização.⁶⁷ Isso envolve o juramento público de lealdade (*bayat*) à pessoa e à liderança do califa do EI, que deve então oficialmente aceitar os candidatos. No caso de Cabo Delgado, os órgãos de propaganda do EI indicam que os insurgentes foram aceitos e Cabo Delgado formalmente incorporado à Província Centro-Africana do EI.⁶⁸ O EI também desempenha um papel na aprovação, senão na nomeação direta, do líder do grupo, atribuindo-lhe o abrangente título de *wali* (governador) da província. Os esforços para consolidar diferentes grupos e facções sob uma bandeira e uma liderança configuram um componente importante desse processo. Além disso, o grupo deve adotar e aplicar a *aqeeda* (credo) e o *manhaj* (metodologia) do EI para orientar suas atividades ideológicas, militares, de governança e propaganda.⁶⁹ A *aqeeda* do EI se refere ao sistema ideológico e jurisprudencial das crenças do grupo, enquanto o *manhaj* se refere, nesse caso, ao que seria a metodologia para estabelecer um Estado islâmico. Essa é talvez a mais significativa exportação do EI para suas filiais, fornecendo-lhes um sistema ideológico abrangente por meio da *aqeeda* e uma estratégia político-militar distribuída em fases por meio de seu *manhaj*. Uma característica importante da *aqeeda* do EI é sua posição extrema sobre *takfir*, que não é controversa apenas entre outros grupos jihadistas sunitas, em particular a Al-Qaeda, mas até dentro de suas próprias fileiras.

É claro que a posição jurisprudencial do EI sobre a *takfir* tem implicações significativas na prática e é usada como justificativa para a violência extrema contra outros muçulmanos, sem falar dos não

67 Candland et al., *The Islamic State in Congo*, pp. 7-8.

68 Candland et al., *The Islamic State in Congo*, p. 26.

69 Candland et al., *The Islamic State in Congo*, pp. 7-8.

muçulmanos. Enquanto isso, o *manhaj* para estabelecer um Estado islâmico foi descrito, pelo próprio grupo, como um processo multifásico que consiste na *hijrah* (migração), *jama'ah* (organização), desestabilização dos *taghut* (ídólatras), *tamkin* (consolidação) e, finalmente, o estabelecimento do califado.⁷⁰ Ao insistir que os grupos adotem e apliquem sua *aqeeda* e seu *manhaj*, o EI não apenas ajuda aos grupos locais a manterem suas mensagens e ações coerentes com uma estratégia de implementação por estágios, mas fornece aos seus propagandistas um conteúdo para utilizar na projeção de sua expansão global. Essa é parte da razão pela qual as comunicações diretas entre o EI e o grupo local também foram identificadas como um critério necessário para garantir que informações e orientações possam ser trocadas. Com a satisfação desse critério e sua aceitação pelo califa, o grupo pode então ser formalmente aceito pelo EI e, em seguida, uma nova província é inaugurada.

Embora o jihadismo transnacional tenha se globalizado desde o início dos anos 2000, alcançando regiões remotas, não está completamente claro se os insurgentes de Cabo Delgado estiveram em contato com os movimentos jihadistas regionais ou globais depois de iniciada a insurgência, em 2017, ou mesmo antes, com o intuito de começar uma revolta armada. Essa é certamente uma possibilidade, visto que a costa norte de Moçambique faz parte das redes comerciais e culturais do suaíles e do Oceano Índico há séculos.⁷¹ A história mostra que essa região de Moçambique nunca foi isolada da *umma* regional e global, e seus laços com essa *umma*, em particular com a da costa leste africana (Tanzânia, Quênia, Somália e Comores) devem ser considerados duradouros, contínuos e ininterruptos. Portanto, sempre houve fertilização cruzada e diálogos entre essas regiões e o norte de Moçambique em termos de mudanças de interpretação e práticas religiosas e sociais ao longo de séculos, o que certamente continua até hoje.

70 Candland et al., *The Islamic State in Congo*, pp. 7-8.

71 Adriaan H. J. Prins, *The Swahili-Speaking Peoples of Zanzibar and the East Central African Coast (Arabs, Shirazi and Swahili)*, Londres: International African Institute, 1967, pp. 18, 26-27 ; Bonate, “Traditions and Transitions”.

Geralmente, enquanto houver muçulmanos, a radicalização estará latente, porque a ideologia político-religiosa, incluindo a ideologia jihadista, está disponível e os moçambicanos sempre estiveram cientes disso. O jihadismo nessas regiões emergiu a partir dos anos 1990. Por exemplo, na Somália, no Quênia, na República Democrática do Congo, em Uganda, em Comores e na Tanzânia, os movimentos jihadistas radicais já estavam presentes na década de 1990 e bombardearam as embaixadas americanas em Dar es Salaam e Nairobi, em 1998. A evolução do Ash-Shabaab na Somália ocorreu ainda mais cedo, em 1995, como o braço militar da Organização dos Tribunais Islâmicos, que emergiu em resposta à desordem e escalada da criminalidade causada pelo fim do governo de Muhamed Siad Barré (1919-1995).

Mas os moçambicanos não manifestaram o jihadismo antes de 2017, de modo que a questão é: por que em 2017 e por que em Cabo Delgado? A província de Nampula tem quase o dobro de muçulmanos do que Cabo Delgado e 62% da população de Niassa é muçulmana, então por que a insurgência não começou nessas regiões e até agora não se espalhou por lá?⁷² E aqui entramos na segunda questão, a da existência de um ambiente propício e fértil para que o jihadismo penetre e se expanda.⁷³ As práticas excludentes de governança política e econômica das instituições locais ou centrais do Estado, tensões étnicas, marginalização, má-administração, corrupção, violência policial, tensões entre centro e periferia etc. fertilizam o solo para o florescimento do jihadismo.⁷⁴ Entretanto, como bem diz Luca Raineri:

surpreendentemente, na prática todos os estudos focando a ascensão do jihadismo na África – não importa sua metodologia ou base geográfica – convergem para a mesma explicação e corroboram a

72 De acordo com o Censo Nacional da População, de 2017, os muçulmanos representam cerca de 18% da população total do país, 58% dos habitantes de Cabo Delgado e cerca de 98% da população costeira daquela província.

73 Hansen, “‘Forever Wars’?”.

74 Raineri, “Explaining the Rise of Jihadism in Africa”.

conclusão de que os abusos perpetrados pelas autoridades de Estado – incluindo alegações de corrupção, de discriminação sistemática, detenções arbitrárias, execuções extrajudiciais etc. – são os principais impulsionadores do jihadismo.⁷⁵

Os jihadistas são exemplos particularmente bons de organizações “glocais” e a aliança entre grupos locais e movimentos transnacionais, como a Al-Qaeda ou o EI, aumenta a resiliência de ambos. Em alguns casos, a ideologia global sofre mutações, incorporando e sendo modificada por interpretações locais, às vezes sendo adotada para explicar conflitos e ideologias locais e também interesses pragmáticos.⁷⁶ A presença de jihadistas altera a dinâmica do conflito e aumenta tanto o número de incidentes letais quanto o de vítimas.⁷⁷ Em muitos desses conflitos sobressai um elemento de rebelião da juventude, ou seja, a tensão geracional, por exemplo, contra líderes religiosos mais velhos em mesquitas específicas, como foi o caso na fundação das ADF, do Boko Haram e da Al Hijra do Quênia.⁷⁸ Com a maioria dos países subsaarianos marcados por altas taxas de natalidade e populações jovens, mas com economias em deterioração no contexto neoliberal, os jovens têm cada vez mais dificuldade em obter acesso à educação, ao emprego, à promoção social e à representação política. A competição por esses serviços, direitos e privilégios marca, em maior ou menor grau, as relações entre as diferentes gerações e, concomitantemente, torna-se um fator nos sistemas políticos pós-coloniais e em várias revoltas violentas que emergiram como resultado do bloqueio da mobilidade social ou da comunicação política entre as gerações. Testemunhas oculares indicaram que o assalto às prisões de Mocímboa da Praia, em 2017, ocorreu na sequência de um impasse particularmente violento entre os radicais mais jovens e os salafistas mais velhos do Conselho Islâmico, que resultou na prisão em massa de jovens

75 Raineri, “Explaining the Rise of Jihadism in Africa.”

76 Hansen, “‘Forever Wars’?”.

77 Bencherif, Campana e Stockemer, “Lethal Violence in Civil War”.

78 Hansen, “‘Forever Wars’?”.

de várias regiões de Cabo Delgado após a intervenção policial a pedido dos salafistas mais velhos.⁷⁹

Hansen sublinha que a ideologia e as queixas podem ser mais importantes na fase inicial de uma insurgência, quando o grupo existe como uma pequena rede e as esperanças de vitória rápida são mais fortes do que numa fase mais avançada, quando a organização é maior e tem mais oportunidades de gerar renda para os aspirantes a oportunistas.⁸⁰ Vários atores que participam no grupo ou na insurgência podem ter motivos diferentes, mas os líderes, bem como os seguidores, têm mais sucesso em recrutar membros e angariar apoio quando enfatizam fatores estruturais locais, como pobreza, desigualdade econômica, falta de acesso ao emprego, ao poder e à segurança. A adesão ao extremismo islâmico em Cabo Delgado pode ter ocorrido gradualmente durante a insurgência, mesmo que tenha sido, no início, encabeçada por jovens radicais. Uma facção de insurgentes pode ter abordado os grupos jihadistas regionais ou globais em resposta às táticas violentas do governo, que incluíram prisões arbitrárias, violência indiscriminada, tortura e a destruição de mesquitas.⁸¹ A violência governamental indiscriminada e a falta de reconhecimento das necessidades de segurança dos civis são a chave para a sobrevivência e a expansão da insurgência jihadista. Mas os jovens em Moçambique, como em outras partes do mundo,⁸² usam também redes sociais para acessar informações e estabelecer contatos com aqueles que podem influenciar a sua radicalização.

79 Liazzat J. K. Bonate, “Why the Mozambican Government’s Alliance with the Islamic Council of Mozambique Might Not End the Insurgency in Cabo Delgado”, *Zitamar News*, Londres, 14 jun. 2019 [🌐](#); e “The Islamic Side of the Cabo Delgado Crisis”, *Zitamar News*, 20 jun. 2018 [🌐](#).

80 Hansen, “‘Forever Wars?’”.

81 Armando Domingos, “Warnings Mozambique’s Insurgency is Spiralling Out of Control”, *CajNewsAfrica*, 25 jul. 2019.

82 Veja Marc Sageman, *Leaderless Jihad: Terror Networks in the Twenty-First Century*, Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2008, pp. 209-224; Jamil Ammar e Songhua Xu, *When Jihadi Ideology Meets Social Media*, Londres: Palgrave Macmillan, 2018; Maura Conway, “Determining the Role of the Internet in Violent Extremism and Terrorism: Six Suggestions for Progressing Research”, *Studies in Conflict & Terrorism*, v. 40, n. 1 (2017), pp. 77-98 [🌐](#).

Fatores além do islamismo radical parecem ter contribuído para o surgimento da insurgência porque ela é muito específica espacialmente — tanto por ser a região da futura extração e processamento de gás (Mocímboa da Praia e Afungi, em Palma, Cabo Delgado) quanto por acontecer em 2017, exatamente quando o governo anunciou a construção do complexo de processamento de gás. A insurgência de Cabo Delgado está vinculada à descoberta do gás e à exploração de riquezas naturais, como rubis, grafite, carvão, fosfato, safiras e madeiras nobres. Desde o início dos anos 2000, uma grande transformação vem ocorrendo nessa região, resultante da implantação da indústria extrativo-mineral típica da virada neoliberal, associada à “Nova Partilha da África” (*New Scramble for Africa*).⁸³

As empresas norte-americanas Anadarko, Occidental e Exxon Mobile, a francesa Total e a italiana Eni, juntamente com o governo moçambicano, tornaram-se os principais detentores da indústria de gás *offshore*, enquanto a Anadarko ficou com terras em Mocímboa da Praia e sete mil hectares na península de Afungi, em Palma, para a construção de um complexo de processamento de gás natural liquefeito (LNG). Assim, parece que a velha “maldição dos recursos naturais” está de volta e no jogo em Cabo Delgado.⁸⁴ Em muitas sociedades produtoras de gás e petróleo, o extremismo violento é gerado por agravos reais ou percebidos, como a discriminação, a marginalização, a injustiça, a repressão e outros abusos por parte do Estado e do aparato de segurança, que agravaram queixas preexistentes, com uma forte penetração histórica.⁸⁵ Isso se nota também

83 Padraig Carmody, *The New Scramble for Africa*, Cambridge: Polity Press, 2011; James Ferguson, *Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order*, Durham: Duke University Press, 2006.

84 SevilAcar, *The Curse of Natural Resources: A Developmental Analysis in a Comparative Context*, Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

85 Jean-Pierre Filiu, *From Deep State to Islamic State: The Arab Counter-Revolution and its Jihadi Legacy*, Oxford: Oxford University Press, 2015, pp. 127-146; Jason Sorens, “Mineral Production, Territory, and Ethnic Rebellion: The Role of Rebel Constituencies”, *Journal of Peace Research*, v. 48, n. 5 (2011), p. 571 ; Alessio Iocchi, “The Dangers of Disconnection: Oscillations in Political Violence on Lake Chad”, *The International Spectator*, v. 55, n. 4 (2020), pp. 84-99 ; Michael Watts,

na Tanzânia,⁸⁶ onde existem altas taxas de desemprego e pobreza nas áreas costeiras muçulmanas, à semelhança de Cabo Delgado, e provavelmente as comunidades muçulmanas de ambas as regiões, já interligadas histórico-culturalmente, se influenciam mutuamente a respeito de seu posicionamento perante o Estado pós-colonial e o jihadismo transnacional. Entre os muçulmanos da Tanzânia, sobretudo no litoral, existe a percepção de que eles não se beneficiam quase nada do desenvolvimento econômico resultante de investimentos do setor privado, especialmente em relação à indústria de gás natural, o que tem aumentado as queixas da população costeira. No entender dessas populações, elas já sofriam de marginalização e exclusão pelo Estado pós-colonial, por exemplo, em relação à questão da autonomia do Zanzibar, onde também foram descobertas recentemente grandes jazidas de gás. Os investimentos feitos por empresas paraestatais ou controladas pelo Estado, ao longo da costa sul da Tanzânia, em Pwani, Lindi, Mtwara e Kilwa, foram acompanhados por um movimento bastante maciço de trabalhadores urbanos de compra de pequenos lotes de terra costeira como investimento pessoal.⁸⁷ Tudo isso incrementou as tensões e ressentimentos da população do litoral, tradicionalmente muçulmana.

Como argumenta Penelope Anthias,

“Resource Curse? Governmentality, Oil and Power in the Niger Delta, Nigeria”, *Geopolitics*, v. 9, n. 1 (2004), pp. 50-80 ; William Reno, “How Sovereignty Matters: International Markets and the Political Economy of Local Politics in Weak States” in T. Callaghy, R. Kassimir e R. Latham (orgs.), *Intervention & Transnationalism in Africa: Global-Local Networks of Power* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001), pp. 197-215.

86 Stein Sundstøl Eriksen, *Tanzania: A Political Economy Analysis*, Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, 2018, p. 32; Jannis Saalfeld, *Before and Beyond Al-Shabaab: National Islamic Councils, Contentious Politics and the Rise of Jihadism in East Africa*, Duisburg: Institute for Development and Peace, University of Duisburg-Essen, 2019, pp. 27-28; Andre LeSage, “The Rising Terrorist Threat in Tanzania: Domestic Islamist Militancy and Regional Threats”, *Strategic Forum*, n. 288 (2014), pp. 8-12 .

87 Rasmus Hundsbaek Pedersena e Opportuna Kweka, “The Political Economy of Petroleum Investments and Land Acquisition Standards in Africa: The Case of Tanzania”, *Resources Policy*, n. 52 (2017), pp. 222-223 .

o problema da legitimidade do Estado é agravado pela espacialidade da atividade extrativista, na qual os impactos sociais e ambientais se acumulam em territórios ricos em recursos naturais (muitas vezes marginais ao projeto de desenvolvimento nacional e povoados por minorias étnicas), enquanto a riqueza derivada desses recursos é acumulada e gerida pelas elites nacionais, muitas vezes com base nas reivindicações pelo Estado à propriedade do subsolo.⁸⁸

Reivindicações de soberania e cidadania com base na indigeneidade e na territorialidade são centrais para insurgências baseadas em queixas mobilizadas contra o Estado, percebido como apoiador das empresas internacionais de mineração em “enclaves”, cuja atividade se faz às custas da população local (a “verdadeira proprietária” das terras), e sem o seu consentimento ou envolvimento.⁸⁹

Na insurgência de Cabo Delgado, a etnia mwani reivindica como terras ancestrais as ilhas e a costa onde deve se instalar a indústria de gás.⁹⁰ Tania Murray Li observa que a terra não representa somente um ponto na geografia e um meio de sustento para vida, mas está imbuída de significados sociais e culturais.⁹¹ Para os mwani, as ilhas e a costa abarcam não apenas áreas de pesca e cultivo, mas também o domínio histórico de seus ancestrais muçulmanos e os espíritos dos antepassados. A ocupação dessas terras pelo complexo extrativista pode ser interpretada como um

88 Penelope Anthias, “Indigenous Peoples and the New Extraction: From Territorial Rights to Hydrocarbon Citizenship in the Bolivian Chaco”, *Latin American Perspectives*, v. 45, n. 5 (2018), p. 440 .

89 Jeremy M. Weinstein, *Inside Rebellion: The Politics of Insurgent Violence*, Cambridge: Cambridge University Press, 2007, pp. 98-99; Jody Emel, Matthew T. Huber e Madoshi H. Makene, “Extracting Sovereignty: Capital, Territory, and Gold Mining in Tanzania”, *Political Geography*, n. 30 (2011), pp. 70-79 ; Siri Lange, “Gold and Governance: Legal Injustices and Lost Opportunities in Tanzania”, *African Affairs*, v. 110, n. 439 (2011), p. 233-252 .

90 Eduardo Medeiros, *História de Cabo Delgado e do Niassa (c. 1836-1929)*, Maputo: Central Impressora, 1997, pp. 57-71; António Rafael de Conceição, *Entre o mar e a terra: situações identitárias do Norte de Moçambique (Cabo Delgado)*, Maputo: Promédia, 2006.

91 Tania Murray Li, “What Is Land? Assembling a Resource for Global Investment”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 39 (2014), pp. 589-602 .

desenraizamento físico e espiritual dos mwani. Além disso, a implementação dessa indústria tem sido cercada de polêmica por causa do alegado clientelismo, da corrupção, e da crescente desigualdade.⁹² A população local teria sido supostamente consultada e compensada pela perda de terras, mas isso foi objeto de contestação e os protestos foram violentamente reprimidos pelo aparato de segurança do Estado.⁹³ A percepção popular foi agravada, ainda mais, pela crença de que a maioria dos empregos na nova indústria iria para estrangeiros e compatriotas do sul do país, em vez de para os jovens muçulmanos locais, cujas esperanças de emprego e futuro melhor acabaram frustradas. Essa percepção de exclusão social parece ser o contributo mais importante para o surgimento da insurgência. Queixas semelhantes foram articuladas pelos jovens noutras regiões do mundo onde opera a indústria extrativista em larga escala.⁹⁴

Vários estudiosos assinalaram que só mergulhando na história, na identidade ou na mentalidade e na forma de pensar das pessoas envolvidas é que será possível entender os conflitos em torno dos recursos naturais. Em vez de impulsionadores de conflito, esses recursos funcionam como condutores para lutas pós-coloniais envolvendo território, soberania e cidadania, para as quais o subsolo frequentemente emerge como uma arena-chave. Os povos locais tentam reformular seus projetos territoriais nesse novo campo da cidadania de hidrocarbonetos, baseando seus esforços no projeto de “remapear a nação” dentro de um relacionamento íntimo e instável entre a indústria extrativista e a nação pós-colonial.

92 Kate Symons, “Transnational Spaces, Hybrid Governance and Civil Society Contestation in Mozambique’s Gas Boom”, *The Extractive Industries and Society*, v. 3, n. 1 (2016), pp. 149-159 ; Kate Symons, “Land Rights and Justice in Neoliberal Mozambique: The Case of Afungi Community Relocations” in Elia Apostolopoulou e Jose Cortes Vazquez (orgs.), *The Right to Nature: Social Movements, Environmental Justice and Neoliberal Natures* (Londres: Routledge, 2018), pp. 70-83;

93 Symons, “Transnational Spaces”.

94 Abiodun Alao, *Natural Resources and Conflict in Africa: The Tragedy of Endowment*, Rochester: University of Rochester Press, 2007; Emel, Huber, Makene, “Extracting Sovereignty”, pp. 70-79, 76-77; Paul U. Ugor, “Survival Strategies and Citizenship Claims: Youth and the Underground Oil Economy in Post-Amnesty Niger Delta”, *Africa: Journal of the International African Institute*, v. 83, n. 2 (2013), p. 272 .

Isso é perceptível no caso de Cabo Delgado, cuja história continua imersa em violência e conflitos políticos, interétnicos, religiosos, luta pela terra e recursos, desde o período pré-colonial até agora. Começando pela omissão dos mwanis na grande narrativa nacionalista sobre a guerra de libertação, que glorifica os macondes,⁹⁵ passando pela violência contra os muçulmanos encabeçada pelos burocratas macondes cristãos nos primeiros anos da independência,⁹⁶ a brutalidade da criação de aldeias comunais e os campos de reeducação, acompanhados pelo reassentamento maciço de macondes em terras muçulmanas costeiras,⁹⁷ e indo até aos conflitos entre mwanis pró-Renamo e macondes pró-Frelimo em várias eleições recentes,⁹⁸ persiste a percepção de vitimização da etnia mwani no período pós-colonial, seja pelo Estado central em Maputo, seja pelos macondes cristãos a ele aliados, e tudo isso pode certamente incentivar a entrada no jihadismo transnacional.

De acordo com Benjamin Augé, quando em Cabo Delgado se abriu a oportunidade para a exploração de rubis e outros minérios, bem como para a indústria de gás, a Frelimo estava interessada em garantir o fluxo de caixa, ou dinheiro o mais rápido possível, sem considerar os conteúdos locais, tais como a legislação específica e necessária, e estudos aprofundados de contextos sociais e ambientais, por exemplo.⁹⁹ O filho de um antigo combatente maconde e o presidente do país, dois macondes veteranos da guerra pela independência estiveram à frente de empresas

95 Liazzat J. K. Bonate, “Traditions and Transitions”; “Muslim Memories of the Liberation War in Cabo Delgado”, *Kronos: Southern African Histories*, n. 39 (2013), pp. 230-256 ; e “Muslims of Northern Mozambique and the Liberation Movements”, *Social Dynamics: A Journal of African Studies*, v. 35, n. 2 (2009), pp. 280-294 .

96 Bonate, “Muslim Memories of the Liberation War”.

97 Ana Margarida Sousa Santos, “‘It’s not my story to tell’: ownership and the politics of history in Mocímboa da Praia, Mozambique”, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 27, n. 3 (2021), pp. 673-690 .

98 Ana Margarida Sousa Santos, “Violence, Rumor, and Elusive Trust in Mocímboa da Praia, Mozambique.” *Social Analysis: The International Journal of Anthropology*, v. 65, n. 3 (2021), pp. 5, 6, 13 .

99 Benjmin Augé, *Mozambique: Security, Political and Geopolitical Challenges of the Gas Boom*, Paris: IFRI, 2020 .

estatais parceiras de corporações internacionais da indústria extrativista.¹⁰⁰ Tudo isso contribuiu para os ressentimentos e as expectativas frustradas dos muçulmanos, sobretudo dos mwanis (mas também dos macuas e makwes), e serviu de esteio emocional e “solo fértil” para uma insurgência direcionada não apenas contra o Estado moçambicano e seus aliados internos ou regionais, mas também contra a hegemonia global do Ocidente, simbolizada nesse caso pelas empresas extrativistas internacionais.

Conclusão

No caso de Cabo Delgado, as queixas e agravos da comunidade, a presença e a proliferação de narrativas políticas viáveis e novas tecnologias, como a internet, ajudam pessoas com ideias semelhantes a se comunicar e levar suas mensagens ao público-alvo. Apreciar o contexto histórico e cultural é particularmente importante para compreender a dinâmica das insurgências. A história e a cultura de um Estado-nação, a identidade de grupo ou da região são fontes importantes de tensões subjacentes. As memórias coletivas dos atores, mantidas vivas por meio de relatos de histórias que, muitas vezes, remontam a centenas ou milhares de anos, são relevantes porque são elas que orientam ou restringem ações futuras. As causas dos insurgentes não são exatamente materiais que produzem efeitos imediatos, embora existam bases materiais para a revolta. Em vez disso, as causas dos insurgentes fornecem justificativa para o recurso à ação violenta. Uma insurgência responde não apenas a necessidades políticas, mas também econômicas e psicológicas dos envolvidos. Além disso, a insurgência contemporânea muitas vezes tem natureza transnacional.

A insurgência em Cabo Delgado também deve ser abordada como um fenômeno histórico que tem início, mas também processo e evolução, pois a insurgência representa uma multidão de vozes, atores e interesses

100 Augé, *Mozambique: Security*, pp. 21-22.

em fluxo e transformação ao longo do tempo, desde antes de 2017 e até o presente. A insurgência desencadeia uma violência extrema não só contra os supostos inimigos, mas também dentro de suas próprias fileiras e no seio da população inocente vitimizada pela brutalidade. Isso é particularmente claro se considerarmos a insurgência como parte integrante e esteio local de ideologias e táticas do jihadismo transnacional do EI.

Em suma, a insurgência de Cabo Delgado exhibe as condições propícias para a implantação e atuação das três facetas principais do jihadismo transnacional a que aludimos no início deste artigo: 1) compreender de modo radical os textos sagrados do Islã e seus intérpretes; 2) tirar proveito das demandas e lutas dos habitantes das áreas deflagradas; e 3) incorporar a resistência à ordem global. Contudo, faltam ainda dados empíricos detalhados e uma descrição espessa da situação para substanciar essas hipóteses com evidências fortes e factuais.

A ênfase que alguns investigadores põem na imbricação entre negócios ilícitos, jihadismo transnacional e insurgência em Cabo Delgado parece não ter muita base empírica, sobretudo porque esses negócios já têm um longo percurso em Moçambique e muitos estudos os vinculam à elite política do país. O argumento de que existe uma simbiose de redes criminais com o jihadismo, como assinala Hansen, tem sido frequentemente usado, normativamente, para manchar a reputação dos jihadistas enquanto negligencia o fato de que regimes locais e redes de clãs estão envolvidos em práticas semelhantes.¹⁰¹ Portanto, o papel dos fluxos ilícitos de dinheiro talvez esteja sendo superestimado.

Mesmo enfraquecido, devido ao desmonte do seu Estado no Iraque e na Síria entre 2017 e 2019, o EI continua trabalhando na clandestinidade com propaganda, recrutamento e expansão geográfica de sua influência, especialmente na África. Contudo, é preciso lembrar que a ideologia islamista, desde o wahhabismo até hoje, continua atrativa para alguns círculos de resistência mundial, que se apoderam dela e a transformam e

101 Hansen, “‘Forever Wars?’”.

reinterpretam. Assim, mesmo que o EI desaparecesse, a ideologia jihadista continuaria viva e seria levada adiante por outros islamistas. Pode-se dizer que é como abrir a caixa de Pandora ou soltar o gênio da garrafa. Não se devia deixar acontecer a partida, mas se aconteceu, não tem volta, a não ser por meio de um trabalho minucioso, filigranista, lento e muito longo de retificar as consequências. Isso deve ser feito com muita paciência, envolvendo as comunidades afetadas, providenciando apoio não só às vítimas, mas também aos jovens que se engajaram na jihad, oferecendo saídas para que abandonem a violência, criando programas de desradicalização, vias para a anistia, centros de apoio psicológico e de reeducação para a vida pacífica. A outra solução, menos atraente, seria fazer como a Rússia fez na Chechênia, isso é, manter toda a população sob vigilância e controle pelas forças de segurança do Estado; prender, torturar e fazer desaparecer os suspeitos; e instalar o autoritarismo absoluto.¹⁰²

Finalmente, a terceira via é a militar, com vista a derrotar e eliminar o jihadismo transnacional. Mas, como Martha Crenshaw e Hansen argumentam, “a resiliência jihadista também está ligada a uma sobrevalorização do que a cinética militar pode alcançar ao se vencerem batalhas”.¹⁰³ Hansen destaca que muitas das fases expansivas anteriores dos jihadistas subsaarianos, quando chegaram a controlar vastos territórios, resultaram em intervenções estrangeiras, como a de forças francesas no Chade (desde 1960, mas especificamente contra jihadistas em 2006, 2008, 2012-2014, 2019), e no Mali, em 2013; as interferências de países da região na Nigéria, em 2015, e das ações da Etiópia (2006, 2012) e do Quênia (2011) na Somália. Contudo, mesmo criando uma retração dos jihadistas, essas intervenções nunca os derrotaram completamente. Por isso o combate ao jihadismo transnacional corre o risco de se transformar em “guerras para sempre”. Para Hansen, a chave para entender tal

102 Marat Iliyassov, “Security and Religion: The Discursive Self-legitimation of the Chechen Authorities”, *Journal of Muslims in Europe*, v. 10, n. 3(2021), pp. 247-275 ; Emil Souleimanov, “An Ethnography of Counterinsurgency: Kadyrovtsy and Russia’s Policy of Chechenization”, *Post-Soviet Affairs*, v. 31, n. 2 (2015), pp. 91-114 .

103 Hansen, “‘Forever Wars?’”.

resiliência é reconhecer que essas intervenções não conseguiram garantir a segurança nos territórios reconquistados aos jihadistas, ou seja, que as intervenções falharam em fornecer proteção às populações locais, sobretudo as rurais e residentes em lugares remotos, permitindo que as pessoas continuassem vulneráveis às ameaças de grupos extremistas. Como resultado, as comunidades locais acabaram por se acomodar aos jihadistas. Hansen sugere que a falta de segurança da população rural se torna elemento essencial para compreender o fracasso das intervenções internacionais. No caso de Cabo Delgado, só o futuro revelará o verdadeiro impacto da intervenção militar em curso.

Recebido em 1 nov. 2021

Aprovado em 17 jan. 2022

doi: 10.9771/aa.v0i65.46936



Este artigo visa analisar o conflito de Cabo Delgado sob o prisma do jihadismo transnacional, uma ideologia e um movimento político que se apoderam de demandas e agravos locais, sobretudo contra o Estado, despoletando a insurgência ou canalizando a resistência já existente. O conflito representa também uma resistência contra a ordem mundial dominada pelo Ocidente. A primeira parte do artigo se debruça sobre o conceito e a história do jihadismo transnacional, salientando as transformações na ideologia e na ação dos seus protagonistas, e sua expansão geográfica. A segunda parte analisa o contexto sociopolítico e econômico de Cabo Delgado que contribuiu para o início da insurgência, destacando a resistência contra o Estado moçambicano e contra a hegemonia ocidental na forma do extrativismo conduzido por corporações transnacionais que ali se instalaram a partir de 2010.

Jihadismo | Islamismo | Extrativismo | Cabo Delgado | Moçambique

TRANSNATIONAL JIHADISM AND THE INSURGENCY IN CABO DELGADO, MOZAMBIQUE

This paper analyzes the conflict in Cabo Delgado against transnational jihadism, an ideology and political movement that takes hold of local grievances, especially against the state, triggering insurgency or channeling existing resistance. The conflict also represents a resistance against the Western-dominated global order. In its first part, the article discusses the concept and history of transnational jihadism, highlighting the changes in the ideology and actions of its protagonists, and its geographical expansion worldwide. The second part analyzes the socio-political and economic context of Cabo Delgado that contributed to the onset of insurgency, highlighting the resistance against the Mozambican state and against Western hegemony in the form of extractivism driven by transnational corporations that came to Cabo Delgado beginning in 2010.

Jihadism | Islamism | Extractivism | Cabo Delgado | Mozambique